

# EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVE RELATO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO NO BRASIL

**BRISOLA, Jéssica Laura**

Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

**KAULFUSS, Marco Aurélio**

Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

## RESUMO

O presente artigo propõe analisar todo percurso histórico pelo qual a Educação Infantil passou ao longo dos anos no cenário da educação brasileira e como a concepção de ensino das crianças de 0 a 6 anos foi se transformando. Sabe-se que o direito e acesso a educação foi uma luta de movimentos sociais organizados por mães operárias, entretanto o ensino infantil demorou muito para ser considerada parte da educação básica, pois os cuidados com a criança inicialmente era voltado para o assistencialismo e cuidados com a sua sobrevivência. Para se comprovar essas afirmações elaboraram-se as seguintes indagações: qual a influência da sociedade na educação e cuidado com a criança? E em que aspectos os documentos oficiais do MEC alteraram a concepção de criança considerando-a um ser com particularidades e singularidades. O objetivo de tal artigo é: levantar referências bibliográficas acerca da Educação Infantil e suas mudanças históricas. O trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica.

**Palavras-Chave:** Criança. Educação Infantil. Histórica.

## ABSTRACT

This article aims to analyze all historical path by which Early Childhood Education spent over the years on the Brazilian education scene and as the design of teaching children 0-6 years has been changing. It is known that the right and access to education was a social movement organized struggle for working mothers, though the kindergarten took too long to be considered part of basic education because the child care was initially targeted to the welfare and care their survival. To prove these statements were drawn up the following questions: what is the influence of society in education and care for the child? And in what ways the official documents of MEC altered the child's conception regarding it as a being with particularities and singularities. The purpose of this article is: raise theoretical reference about the Early Childhood Education and its historical changes. The study was conducted through a literature search

**Keywords:** Child. Childhood Education. historical

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil por muito tempo foi renegada e não considerada importante no processo de desenvolvimento da criança, muito menos havia políticas públicas que assegurassem o direito de vagas e permanência nas instituições de ensino infantil. A qualidade que tanto se busca para os anos iniciais estão sendo conquistados aos poucos, entretanto essa luta e reivindicações começaram algumas décadas atrás.

O artigo foi estruturado da seguinte maneira: no primeiro momento foi colocada a questão das creches e pré-escolas situando o ano das primeiras criações e a clientela atendida por essas instituições de ensino. Já no segundo momento descrevem-se como os movimentos sociais tornaram o acesso vagas para mais crianças de classes média um direito assegurado pela lei máxima brasileira, a Constituição Brasileira de 1988.

Ao final, já baseando nos princípios norteadores do RCNEI de forma sucinta é descrito as novas concepções em torno da criança, enfatizando o desenvolvimento infantil como um processo dinâmico e integrado entre diversos fatores como cultura, meio social, maturação biológica, aspectos motores e psicológicos, entre outros.

## **2. PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

No Brasil são recentes as abordagens dadas em caráter pedagógico para a Educação Infantil. De acordo com Oliveira (2005) historicamente as primeiras instituições de ensino infantil foram criadas em 1908 em Belo Horizonte, e em 1909 no Rio de Janeiro, mas na década de 20 e 30 surgiram novas escolas de Educação Infantil, que tinha como finalidade cuidar dos filhos pequenos para que suas mães pudessem trabalhar, que até então a educação era total responsabilidade da família, girando principalmente em torno da figura materna. Essa nova configuração social surgiu em decorrência “do aumento da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estruturas das famílias” (FERRONATTO, 2006, p. 27).

Como no Brasil ainda era recente a criação de creches e pré-escolas modelos de educação norte-americano e europeu se tornaram referências no atendimento de crianças que frequentavam essas instituições, Oliveira (2005) explana que o projeto adotado na época tomava a criança como um indivíduo carente, que sofria de privações culturais e era função da escola sanar essas faltas que supostamente havia. Os atendimentos se baseavam na concepção assistencialista de educação e ensino, as quais Kuhlmann Jr. (2000) se refere como pedagogia da submissão, uma vez que não se pretendiam diminuir as desigualdades existentes entre as camadas sociais, mas fazer com que famílias desprovidas financeiramente aceitassem a exploração social sem questionamentos.

Ferronato (2006) descreve que as abordagens adotadas em instituições de educação infantil utilizados objetivavam o combate à pobreza e solucionar problemas relacionados à sobrevivência da criança pequena, servindo como justificativa para a baixa qualidade do atendimento, porquanto os investimentos recebidos eram poucos e de valores insuficientes para manter boas instalações, além da escassez de recursos materiais, formação acadêmica irregular dos profissionais que atuavam nesses lugares e o alto índice de alunos por professor.

O apoio educacional desses alunos “defendidos nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos” (KUHLMANN, 2000, p. 8).

Com a expansão da economia brasileira e cada vez mais a mulher ganhando espaço no mercado de trabalho houve mobilizações sociais no final da década de 70 e 80, sendo eles organizados por mães, movimentos de bairros, sindicatos das grandes cidades e grupos de profissionais e especialistas da educação, todos com a finalidade lutar e reivindicar mais vagas em instituições de ensino assegurando o direito de atendimento da criança e do adolescente, se necessário à ampliação do número de vagas e até mesmo a construção de novos prédios para agregar toda a demanda de alunos (CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGER, 2006).

Como resultado dessas manifestações em 1988 foi promulgado a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que no art. 205 salienta que a educação é direito de todos, o Estado e a família em ação conjunta com diversos setores sociais têm por obrigatoriedade promover o desenvolvimento integral do indivíduo, instrumentalizando-o para o exercício da cidadania e dando a ele qualificação para inserir-se no mercado de trabalho. Segundo o art. 208, no inciso IV o “atendimento em creche e pré- escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” ficará como responsabilidade do Estado.

Oliveira (2005) afirma ainda que apesar de ser uma medida assegurada por lei, o acesso à educação infantil e sua permanência ainda estava em segundo plano dentro dos projetos de políticas públicas, entretanto na década de 90 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permitiu-se a consolidação dos direitos das crianças adquiridos por meio da Constituição. Em 20 de dezembro de 1996 surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, baseando-se nos princípios norteadores da Constituição de 88, declarando no Título II, Seção II, Art. 29 a finalidade da Educação Infantil:

A Educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 12).

De acordo com a LDB (1996) a partir dessa nova lei a educação passa a ser considerada como uma das etapas da educação básica, tornando-se parte do sistema regular de ensino. Sendo necessária à regulamentação e normatização perante a legislação vigente, sendo a criança e o seu desenvolvimento integral como foco no processo educativo e contemplando família e a comunidade como fator essencial em sua formação.

De acordo com art. 9, inciso IV, a elaboração dos currículos e conteúdos a serem desenvolvidos em cada etapa da educação infantil, orientação sobre o nível de formação básica comum que o discente deverá ter adquirido durante esse processo terá como norteador os princípios, diretrizes e competências previamente estabelecidos pela União juntamente com os estados, Distrito Federal e os Municípios. (LDB, 1996). Para auxiliar e guiar as práticas educativas em âmbito nacional, o Ministério da Educação e do Desporto desenvolveu o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em 1998 (FERRONATTO, 2006).

Através desse documento a criança já não é mais vista como carente e desprovida de cultura, o Referencial Curricular Nacional a defini como “um ser todo social e histórico...” (BRASIL, 1998, p. 21). Ainda nesse mesmo tópico se afirma que ela como sujeito está inserida por meio de sua família em um grupo social, ao qual apresenta uma determinada cultura e está associado ao momento histórico, podendo ser determinante em sua formação inicial.

Pautados nos referenciais as propostas pedagógicas para a Educação Infantil necessitam considerar as influências do contexto sociocultural na formação e aprendizagem, porquanto os conhecimentos assimilados ao longo de sua vida se deram através do contato e das experiências vividas no ambiente em que vive e de seus elementos (OLIVEIRA, 2005). O Referencial Curricular Nacional (BRASIL, 1998.) respeita a pluralidade e diversidade social, denominando-se uma sugestão aberta, maleável e não obrigatória, podendo ser adotados na preparação dos currículos e projetos, adaptando-se a realidade e características do contexto social.

Os principais aspectos que envolvem a criação das bases curriculares para promover o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças de 0 a 6 anos tomam como embasamento os conceitos de educar, aprender através da brincadeira e o cuidar, esse adquiriu novos princípios mais abrangentes, como, “proteção, saúde, alimentação, (...) afeto, interação, estimulação, segurança e brincadeiras que possibilitem a exploração e a descoberta” (BRASIL, 1998, p. 17), excluindo a visão assistencialista que tinha acerca do cuidar, que somente zelava pela alimentação adequada e boas condições de sobrevivência da criança pequena.

O educar está associado às vivências e aprendizagens que o aluno tem acesso, possibilitando o desenvolvimento das capacidades de relacionar-se e conviver com outras pessoas, aceitando e admitindo as diferenças e singularidades de cada um, favorecendo as crianças aprendizagens de conhecimentos mais complexos e diversificados, voltados para a prática social e cultural das mesmas. Nesse processo educacional se estimula o desenvolvimento das capacidades cognitivas, o domínio das habilidades corporais (como por exemplo, a tomada de sua consciência corporal; lateralidade, ambas são elementos da Psicomotricidade), afetivas, éticas e morais, emocionais, objetivando a formação de crianças autônomas, criativas e felizes (BRASIL, 1998).

Kishimoto (2001) afirma que o brincar tem fundamental importância para a criança, segundo a autora através da brincadeira a criança constrói e reconstrói sua linguagem, compartilhando significados, o aluno começa a dominar seu corpo, em trabalhos coletivos desenvolve-se o sentido de cooperação, a expressar emoções e sentimentos, além das trocas de ideias e valores culturais. De acordo com o Referencial Curricular é no lúdico que a criança reflete sua realidade assimilada, criando e recriando atribuindo novos significados os elementos de seu cotidiano, assim “a brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade” (BRASIL, 1998, p. 27).

Segundo Faria e Palhares (2000), instituições de Educação Infantil devem oportunizar ambientes ricos que na prática os alunos possam ter contato com o meio experimentado e vivenciando novas aprendizagens coletivamente ou individualmente, estimulando o imaginário, a ludicidade, afeto, cognição, entre outros aspectos que contribuirão em sua formação.

### 3. MATERIAIS E METÓDOS

O trabalho desenvolvido está baseado em levantamento bibliográfico de livros, trata-se de um trabalho apoiado no levantamento bibliográfico em livros, jornais, revistas da área da educação, análises de artigos científicos, além dos documentos oficiais do MEC referentes ao ensino em nível nacional. O material utilizado foi separado de acordo com a abrangência do tema e cronologia das publicações, possibilitando a elaboração de um plano de leitura.

A referência mais antiga e mais recente, utilizada neste artigo, data do ano de 1996, ano de publicação das Leis e Diretrizes Nacionais da Educação e 2006, sendo este uma dissertação de mestrado.

O artigo aqui descrito é componente do Trabalho de Conclusão de Curso, ao qual procura relatar de forma sucinta as mudanças de concepções acerca da Educação infantil, enfatizando as mudanças nas práticas pedagógicas e a função principal função da Educação Infantil no processo de evolução da criança.

### 4. CONCLUSÕES

Pode-se concluir por meio deste trabalho a Educação Infantil como determinante no desenvolvimento primário do aluno e que se reflete nas futuras aprendizagens. Entretanto, de acordo com os referenciais a mesma não era considerada como algo importante na fase inicial da vida da criança, pois ainda se tinha a concepção de criança como um adulto em corpo pequeno e seu desenvolvimento ocorria de forma homogênea para todos. Porém, a partir do momento em que a sociedade se organizou com o fim de buscar objetivos em comuns e tentar acima de tudo assegurar o acesso, permanência e um ensino de qualidade a seus filhos.

### 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf>> Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/96. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> >. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria da educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Volume 01, Brasília, 1998.

CAMPOS, M.M; FÜLLGRAF, J; WIGGER, V. **A qualidade da Educação Infantil brasileira**: alguns resultados de pesquisa. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n.127. P. 87-128, 2006.

DIDONET, V. **A creche**: a que veio... Para onde vai... Revista Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 73, p. 11-27, 2001.

FARIA A. L. G. de; PALHARES, M. S. (ORG). **Educação Infantil Pós LDB**: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados, FE–UNICAMP; São Carlos: Editora da UFSCar; Florianópolis: Editora da UFSC, 1999, 112p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 62).

FERRONATTO, S.R.B. **Psicomotricidade e Formação de Professores**: uma proposta de atuação. Dissertação (Mestre em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

KUHLMANN JR, M. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Z. R. de .**Educação infantil**: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).